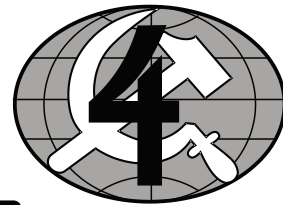




# Corrente Proletária ESTUDANTIL



AGO/2014

Ao Encontro Nacional dos  
Movimentos pela Universidade Popular

## **Reformar a universidade burguesa ou destruir a educação de classe? Pela expropriação sem indenização do ensino privado sob controle dos que estudam e trabalham!**

O Encontro Nacional de Movimentos em Luta por uma universidade popular (ENMUP) ocorre nos dias 14 a 17 de agosto em Fortaleza/Ceará num contexto de aprofundamento da crise do capitalismo e de decomposição do ensino, avanço das medidas mercantilistas da educação em todos os níveis, aprovação de um PNE privatista e excludente, expressando abertamente o domínio do ensino privado, particularmente no ensino superior, revelando o caráter classista da educação. Diante do agigantamento da mercantilização da educação o sistema universitário público mostra-se raquítico, mesmo com a expansão via REUNI nas Universidades Federais.

É necessário organizar os trabalhadores e todos os lutadores sociais para defenderem e lutarem pelo ensino público, gratuito, científico, enraizado na produção social, que una teoria e prática. Os problemas da universidade pública num país semicolonial como o Brasil só poderão ser solucionados por meio da revolução proletária. Está posta como principal tarefa para o movimento estudantil, docente e dos trabalhadores da educação a defesa da expropriação, sem indenização, do sistema privado de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha. As direções reformistas, estalinistas e centristas são responsáveis pelo retrocesso político e organizativo dos movimentos estudantis, docentes e dos demais.

*Está posta como principal tarefa para o movimento estudantil, docente e dos trabalhadores da educação a defesa da expropriação, sem indenização, do sistema privado de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.*

### **Caráter da Universidade no capitalismo**

O Capitalismo no Brasil se caracteriza pela combinação de formas atrasadas de produção com as mais avançadas, expressas pela aplicação da alta tecnologia. A coexistência do atraso e do desenvolvimento capitalista num país semicolonial, em relação às potências imperialistas, resulta em profundas desigualdades, impedindo a maioria de ter acesso ou prosseguir em sua escolarização. A universidade reflete a forma como a sociedade se organiza. Sob o capitalismo ela reproduz as relações sociais e reforça a divisão social do trabalho, entre o trabalho manual e intelectual, bem como o caráter classista da educação em todos os níveis. O avanço do ensino mercantil na universidade e a sua sobreposição ao público refletem a natureza de classe da educação, impossibilitando a igualdade de acesso, de aprendizado e de continuidade.

A exclusão de milhares de jovens do ensino médio e o elitismo da universidade comprovam que a burguesia não resolveu e não resolverá a tarefa democrática de educação para as massas exploradas.

### **Universidade Popular sob o capitalismo**

Muita tinta já foi gasta para fundamentar e defender

a universidade popular. Em Alguns países da América Latina já se realizaram experiências com a Universidade Popular no início do século XX: na Bolívia, Cuba, Argentina e Peru (com a participação de José Carlos Mariátegui). Estas experiências, porém, vinculadas diretamente ao movimento operário, tratavam de desenvolver um trabalho de formação política revolucionária, à margem do Estado e seu governo. Não eram promessas de inviáveis modelos de reforma do Ensino Superior sob o capitalismo que, na prática, servem para embelezar o atual regime de opressão.

As divergências que temos com as correntes reformistas, estalinistas e nacionalistas sobre as possibilidades de criação de universidades populares no seio do capitalismo se explica pela impossibilidade da apodrecida universidade burguesa ser um instrumento das massas em luta, como eles postulam. É uma ilusão pretender arrancar da burguesia e do estado burguês o controle da universidade sem passar pela revolução proletária. Pelo contrário, a bandeira estalinista de Universidade Popular objetiva se opor à estratégia da revolução proletária e se escora na tese da revolução democrático-burguesa para o Brasil.

A Corrente Proletária na Educação (CPE), impulsionada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), rechaça as políticas reformista, centrista e estalinista que desvinculam as reivindicações elementares do programa que corresponde à estratégia da revolução proletária. Iludem os trabalhadores, a juventude e a pequena burguesia arruinada afirmando que é possível reformar a educação capitalista, garantir a aprendizagem em todos os níveis e colocar a educação a serviço dos trabalhadores, sem destruir a sociedade burguesa.

Na contramão destas tendências defendemos o programa proletário para a Educação. Um programa de expropriação do sistema privado de ensino e universalização do acesso em todos os níveis. A CPE faz um chamado à juventude para conhecer e discutir nossas posições e se organizar nas fileiras do Partido Operário Revolucionário (POR), que tem como estratégia a destruição da sociedade burguesa, com a insurreição da maioria oprimida, dirigida pela classe operária e constituição do socialismo.

## Defendemos:

1) Sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim da coexistência do ensino público com o particular. Expropriação sem indenização da rede privada de educação;

2) Autonomia universitária por meio do autogoverno da comunidade universitária. Colocar-se pela destruição da burocracia universitária e pela constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à assembleia geral universitária, com voto universal e mandatos revogáveis;

3) Lutar pela mais completa liberdade de ensino científico, de crítica e de manifestação e organização políticas. Nenhuma interferência do Estado, das igrejas e do empresariado nos planos, conteúdos e métodos de ensino;

4) Combater a privatização interna das universidades, com o fim de todas as taxas, mensalidades e extinção das fundações de direito privado;

5) Rechaçar integralmente o PNE, por ser privatista e excludente; por consolidar a coexistência do ensino privado com o público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais devem passar o sistema educacional brasileiro;

6) Condenar o ensino à distância, por levar à destruição do ensino como processo social, por favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda a legislação que implanta o ensino à distância e expropriação das empresas que o exploram;

7) Defender um plano de financiamento elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Que se convoque um congresso de educação, formados por delegados de todo o país, eleitos nas bases, para estabelecer o montante necessário para financiar integralmente o ensino único, público, gratuito e em todos os níveis;

8) Promover uma campanha contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Trabalhar pela constituição de comitês locais, estaduais e nacional contra a repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, dentro e fora da universidade, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.